

O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento*

(Love and hate, the feminism black box?
A critical of care ethics)

Pascale Molinier**

Resumo

Como os cuidados, em sua maioria, são dispensados por mulheres, tende-se a considerar o amor (aos doentes, às crianças) “natural” e normal. Ora, o trabalho de cuidar pode igualmente gerar ódio às pessoas dependentes. Esse não é menos normal do que o amor. O fato de levá-lo em consideração modifica a análise das situações de cuidados. Por enquanto, o ódio se mantém oculto nas tradições sábias, particularmente nas teorias da ética do devotamento, como nos testemunhos das trabalhadoras, tirados de uma pesquisa realizada com auxiliares de puericultura. Disso resulta um déficit de visibilidade do trabalho, o que leva a esconder o ódio e a violência.

Palavras-chave: Trabalho de cuidar; Ética do devotamento; Amor; Ódio.

Ódio: sentimento violento que leva a querer o mal para alguém e a se regozijar pelo mal que lhe acontece. (Dicionário *Petit Robert*)

Em 1903, Alexandre Papadiamentis escreve um breve romance, *Les petites filles et la mort*. Uma velha camponesa grega – costureira, parteira, curandeira, que fazia abortos, ungüentos, filtros e remédios – sufoca, afoga e estrangula sucessivamente cinco meninas (Papadiamentis, 1995). Yannou mata a primeira criança, recém-nascida de sua própria filha, por já não agüentar mais escutá-la gemer e tossir, noite após noite, enquanto ela tenta dormir. Assim, ela enfia “dois dedos longos e duros na boca do bebê para fazê-lo calar”.

• Texto recebido em ago./2004 e aprovado para publicação em out./2004.

* Traduzido do original *La haine et l'amour, la boîte noire du féminisme? Une critique de l'éthique du dévouement* por Nina de Melo Franco.

** Psicóloga, Professora de Psicologia do Trabalho no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris; responsável pela equipe “Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho” do Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação (LPTA), CNAM. e-mail: molinier@cnam.fr.

É que, ficando acordada, “de tanto pensar e de se lembrar de toda a sua existência”, Yannou descobre que viveu toda a sua vida na servidão.

Quando jovem, era a doméstica de seus pais. Uma vez casada, tornou-se escrava de seu marido – e no entanto, pelo fato de seu próprio caráter e pela fraqueza do outro, ela era, ao mesmo tempo, sua tutora. Quando nasceram seus filhos, ela se fez sua servente; e agora que eles tinham tido seus próprios filhos, eis que ela se vê obrigada a servir seus netos. (Papadiamentis, 1995, p. 12)

A partir de então, o ódio da servidão feminina guia sua mão assassina. E por que motivo gastar tanta energia para garantir a existência de seres humanos que, por sua vez, acabarão sujeitos à infelicidade e à servidão? Quando mata sua última vítima, Yannou procura sentir que está sufocando “um entusiasmo selvagem”. Se as meninas crescessem como ervas daninhas, seu funesto destino pouco importaria a Yannou. Mas a dor, a preocupação, o trabalho, a falta de sono que elas causam nos adultos as tornam tão odiosas. Desgastar-se tanto para que elas vivam seria como amar suas próprias correntes. Ora, nossa heroína, ainda que em posição de servidão, cultivava uma irredutível liberdade. Seus pais a deram em casamento em troca de um dote ruim? Pois ela roubará deles o dinheiro que lhe falta para arrumar sua casa. Perseguida pela polícia, ela foge para as rochas escarpadas e morre antes de ser capturada. Essa liberdade de fazer justiça contra seus pais, de matar as meninas, de provocar a polícia, de conservar os pés ágeis aos 60 anos, de conhecer cada recanto íngreme da montanha, deveria, segundo os cânones da narrativa convencional, fazer da velha Yannou uma mulher desnaturada, uma mulher “viril”, uma mutante.¹ Ou então uma louca. Esse não é o propósito de Papadiamentis, visto que ele faz uma notável introdução ao tema. A rupestre assassina em série continua sendo como as outras mulheres que se encontram, por todos os lados, no interior da Grécia. Uma mulher comum, só distinguindo-se das outras pela intensidade de sua reflexão sobre sua “condição”. Mas, também nesse ponto, será que Yannou é realmente diferente? Seus pensamentos e atos lhe confeririam um caráter único? Ou será o fato de que esses pensamentos e atos, habitualmente ignorados, sejam revelados dessa vez? Esse surpreendente romance contém, com efeito, uma verdade essencial. No entanto, raramente tratada pela literatura, e mais ainda desconhecida ou subestimada pelas ciências humanas e sociais. As criancinhas – e por extensão as pessoas vulneráveis e dependentes – não geram só sentimentos de amor e de compaixão por parte de quem cuida delas, mas também po-

¹ O conceito de *identidade mutante* aqui citado é aquele trabalhado por Elsa Dorlin (2003) a respeito da virilidade das prostitutas.

derosos desejos de destruição e de ódio. Fazer mal a elas poderia gerar prazer, “um entusiasmo selvagem”. Esses desejos de destruição e de ódio não pertencem ao lado patológico da psique humana, como se poderia pensar para livrar-se do problema, sobretudo quando se trata de mulheres. A vulnerabilidade do outro e sua dependência podem excitar o ódio no indivíduo normal, seja ele homem ou mulher.

A ambivalência, a flutuação dos sentimentos contidos no serviço ao outro não são nenhum mistério para quem tem alguma experiência. Mas esse conhecimento trivial se apaga diante da ideologia tenaz sobre a meiguice natural das mulheres. A coorte das mães cruéis, como Folcoche e outras figuras repulsivas, calam a boca daquelas que ousariam contestar o dogma. Quase nunca se diz, a respeito do ódio das mulheres com relação aos que delas dependem, que ele seria normal.

O TRABALHO DO CARE: PARA O MELHOR SEM ESQUECER O PIOR

Sair da ocultação do ódio que as mulheres sentem pelos fracos é estabelecer uma verdade a partir da qual se torna possível repensar a experiência das mulheres que exercem as atividades ou as funções do care. Em francês, não existem termos apropriados para traduzir os conceitos de *care* e de *caring labour*. O termo “cuidado” é claramente redutor. Não se trata de solicitude ou devotamento, termos usados para traduzir *ethics of care*, que escondem a idéia fundamental de que a preocupação pelo outro implica trabalho. O conceito de care engloba, com efeito, uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros.

A expressão “trabalho de proximidade”, proposta por Nancy Folbre (1997), também não é satisfatória, pois elude a dimensão afetiva mobilizada por esse tipo de atividade cuja maior parte, para ser bem feita, deve ser realizada com carinho. Aliás, no caso de brincar de inventar uma etimologia fantasista para justificar o afrancesamento do *care*, este último poderia ser assemelhado ao sentido antigo de acarinhar (tirado do italiano *carezzare*): querer bem, com ternura.

Esse “querer bem” nada tem de natural. As pesquisas feitas com alunas de enfermagem e com enfermeiras sugerem que é a experiência do trabalho que constrói, aperfeiçoa e estabiliza o sentido da solicitude ou da sensibilidade ao desamparo do outro (Molinier, 2000). Mas não existe caráter de automaticidade na experiência do trabalho e ela pode tornar-se também oportunidade para

o pior. Entre afeição e desafeição, a bipolaridade do trabalho está ausente dos debates feministas sobre o *care*. Questiona-se o fato de que se subestima sua avaliação, seu custo econômico e a melhor maneira de avaliá-lo, quem deve exercê-lo e como valorizá-lo, se deve ser ou não remunerado quando envolve laços de sangue,² entre outras questões. Algumas feministas consideram o *care* numa perspectiva diferenciada; outros pensam que os homens podem fazer esse tipo de trabalho tão bem quanto as mulheres. Mas será que isso muda o problema de fundo? Pois do que se trata? De devotamento, de reciprocidade, de responsabilidade, de trabalho feito com afeto, de motivações altruístas, de preferências relacionais, de remunerações psicológicas e até mesmo de deveres. Opõe-se o desprendimento do *care* à razão individualista, egoísta e amoral do *homo economicus*. Aliás, critica-se a idéia neoclássica de que haveria mercados perfeitos. Mas corre-se o risco, baseado numa representação do *care* desprovida de ambivalência, de se raciocinar como se existisse trabalho de *care* perfeito, realizado por pessoas perfeitas e em condições perfeitas de felicidade.

ÓDIO INFANTIL, SEDUÇÃO MATERNA: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE

A maioria das crianças é dotada, ao nascer, de um comportamento instintivo de apego, fundado na necessidade primária de contato corporal. O apego seria “necessário para ativar sem espera no adulto os comportamentos de cuidado (higieno-dietéticos) com o corpo da criança” (Dejours, 2001, p. 181). Nessa base etológica, pode-se descrever, em termos de comportamentos de apego e de *retrieval*, interações harmoniosas, ajustadas e eficazes, entre o bebê dependente e o adulto que vai servi-lo. Mas não é tudo tão simples como parece mostrar esse primeiro esquema relacional. A resposta do adulto pode não ser imediata com relação à demanda, fazendo surgir na criança sensações corporais de explosão, queimação e sufocamento, que são as primeiras manifestações da agressividade e do ódio (Klein & Rivière, 2001). E o adulto, quando responde, usa a sedução. Assim, os cuidados dispensados ficam “parasitados” pela excitação sexual pelo contato com o corpo da criança (Laplanche, 1987). Ao agarramento e à voracidade da criança respondem o corpo erótico e as fantasias do adulto. A relação “esquenta”. Ainda mais que, no adulto, o erótico está sempre ligado às pulsões destrutivas (Laplanche, 1997). Sem referência a esse emara-

² Toda essa discussão foi muito bem exposta por Nancy Folbre (1997) no capítulo “Holding hands at midnight”, mostrando o paradoxo do trabalho de proximidade.

nhado, não se poderia compreender que existe um prazer sádico e que ele exerce uma atração à qual se é sensível na maior parte das vezes, ainda que se tente resistir a ela. Essa resistência pode tornar-se custosa quando, como também acontece, o corpo, o cheiro, os excrementos, os gritos da criança provocam aversão. Torna-se impossível dissociar o amor do ódio quando se trata do cuidado ao corpo. Vários autores em psicanálise reconhecem, seguindo Mélanie Klein, a virulência do ódio infantil. Muitos outros, seguindo Jean Laplanche, reconhecem a sedução inerente à posição materna (ou maternante, referente à pessoa que dispensa cuidados). Sem dúvida, uns e outros divergem sobre as relações entre Eros e Thanatos, mas não é esse o propósito aqui. Nota-se uma forma de consenso transversal nas diferentes escolas, poucos autores tratam do ódio materno, e ainda menos sem julgamento normativo. Trata-se aqui do ódio das mães reais, em carne e osso, não de sua imago. Trata-se daquilo que as mulheres sentem na experiência de serem mãe ou maternante. A psicanálise, por um lado, oferece os recursos necessários para pensar a dinâmica intersubjetiva adulto-criança. Por outro, ela não deixa de participar da eufemização do ódio materno e da sua patologização. Donald W. Winnicott (1987) foi praticamente o único a tê-lo reconhecido em seu lugar legítimo na dinâmica normal da relação mãe-filho, chegando até a elaborar uma lista de razões pelas quais “uma mãe odeia sua criança, mesmo sendo um menino” (p. 56). Dessa lista, pode ser citado, sobretudo, o trabalho minucioso e constante que deve ser levado a cabo para que a vida siga seu curso no ritmo da criança e numa tonalidade afetiva que lhe convenha (sem muita ansiedade etc.) O propósito do psicanalista superpõe aqui o da velha Yannou. Não é necessariamente o corpo da criança e suas diversas manifestações (cheiros, gritos...) que deslancham o ódio ou a aversão. Pode ser também o fato de se ter que lidar com as agruras do trabalho necessário para que ela não morra.

DE “COSTAS CHEIAS”: O SOFRIMENTO NO TRABALHO DAS AUXILIARES DE PUERICULTURA

Há menos de duas semanas, algumas alunas relataram o caso de uma auxiliar de puericultura que tinha sido demitida por ter amarrado crianças num aquecedor. Maus-tratos como esse são muito mais freqüentes do que se imagina. Esse tipo de violência faz questionar sobre sua etiologia e sua prevenção, pois é praticada contra crianças por profissionais da pequena infância ou contra velhinhos e velhinhas por auxiliares em casas de repouso, ou seja, por pessoal selecionado, contratado e treinado. Seria sua origem endógena, ou seja, advinda

da carência ou da patologia singular? Essa é a tese da psicologia convencional. Ou seria sua origem exógena, ou seja, ligada a pressões situacionais e, sendo ainda mais preciso, a pressões organizacionais? É a tese mais privilegiada em psicodinâmica e psicopatologia do trabalho. Se for considerado, *a priori*, que a mulher que amarra as crianças é patologicamente violenta, o problema não será abordado da mesma maneira que seria ao se considerar que o trabalho das auxiliares de puericultura (ou das auxiliares de enfermagem) expõe cada uma delas ao risco de descontrole pulsional e da passagem ao ato.

Para explorar essa segunda hipótese, será utilizado neste trabalho principalmente um estudo realizado por Jean-Luc Nimis et Virginie Sadock. Esse estudo foi desenvolvido, sob minha supervisão, no quadro de trabalhos práticos realizados por estudantes, ao final do curso, dentro da formação em psicologia do trabalho no CNAM e segundo a metodologia em psicodinâmica do trabalho (ver Dejours, 2001). Para melhor entendimento do que se segue, deve-se observar que o procedimento implica um coletivo de pessoas voluntárias que se juntam para colocar em discussão as dificuldades sociais e psicológicas ocasionadas pelo trabalho. Essa tarefa coletiva de elucidação das origens do sofrimento no trabalho termina com um relatório escrito, depois de apresentado oralmente e discutido com o grupo. Houve uma negociação com os responsáveis para que o relatório se escrito torne documento público dentro da empresa ou da instituição. Desse modo, quem desejar, poderá consultá-lo legitimamente.

É significativo o fato de que, no hospital em que foi feita a pesquisa, considera-se que as mulheres que trabalham na creche (que acolhe as crianças do pessoal) têm “funções amenas”. Como em outros lugares, o aspecto penoso do trabalho na creche é extremamente eufemizado. Tende-se a considerar que se trata de um trabalho fácil, que não requer competências particulares, agradável, já que proporciona contato com crianças pequenas e saudáveis. No entanto, essa representação entra em contradição com o que relatam os médicos do trabalho das coletividades territoriais, a respeito da elevada taxa de morbidade entre o pessoal da creche. Esse trabalho, que tem fama de ser fácil, geraria doenças freqüentemente. O acompanhamento médico evidencia, ao longo de 15 a 20 anos de exercício, um quadro de desgaste profissional caracterizado pela freqüência de lombalgias e de dificuldades psicológicas (Grunstein & Rouxel, 1997).

Lembremos, a propósito, que as auxiliares de puericultura fazem parte do corpo profissional dos auxiliares de saúde. Elas têm missões similares, mas são especificamente requisitadas para trabalhar com crianças, sejam elas saudáveis, doentes ou deficientes. Segundo Petit (2003), havia cerca de 60 mil auxiliares na França em 2002. No mesmo ano, 92% dos diplomados eram mulheres. Ao final de uma formação de um ano de duração, há cerca de 2.300 diplomadas por

ano, sendo que 70% começam a trabalhar em estruturas de acolhimento à pequena infância, bem à frente do setor hospitalar. Dessas, 98% conseguem emprego em dois meses. Há uma penúria de mão-de-obra, e não uma “crise de vocações”. Mais de dez mil pessoas tentam, a cada ano, entrar nas escolas de formação. A situação tende a se agravar ainda mais a partir de 2005, já que, por ano, se aposentarão sete mil auxiliares. A VAE (Validação da Experiência Adquirida) é que valerá para suprir o déficit de pessoal qualificado.

Precisamente, na demanda endereçada para tentar elucidar as dificuldades encontradas por essa equipe de auxiliares em puericultura, o sinal de alarme foi uma queixa a respeito de “dor nas costas”. As creches são um verdadeiro quebra-cabeça ergonômico. O que é bom para as crianças, cadeiras e mesas baixas, não é necessariamente bom para os adultos e vice-versa. Aqui, as auxiliares só dispunham para assentar-se, com ou sem bebê nos braços, de pequenas cadeiras, no tamanho adequado para as crianças. Outros elementos organizacionais foram levados em consideração. A amplitude horária e o número de crianças foram aumentados. Além disso, as crianças são aceitas ainda que estejam um pouco doentes. Tudo isso para garantir ao máximo a disponibilidade dos pais (empregados do hospital) em um contexto tenso do ponto de vista do pessoal. Assim, as crianças são acolhidas em condições que não são as melhores do ponto de vista de sua segurança. A cada instante, correm o risco de “prenderem o dedo no aquecedor” ou, ainda, de sair da creche no instante em que as auxiliares virarem as costas, como já aconteceu. Disso resulta que as auxiliares estão permanentemente atentas, nunca descontraídas, elas “esticam as costas” – expressão que diz bem o que quer dizer: o medo intensifica ainda mais as lombalgias. Apesar disso, durante a investigação, quase não se falou sobre dor nas costas. Já era de se esperar. Classicamente, constata-se a existência de uma diferença entre o sofrimento gerado pelo trabalho e as modalidades de expressão da queixa de alarme. É aceitável que uma auxiliar de puericultura queixe-se de dor nas costas. Seria muito mais difícil reconhecer que ela está de costas cheias das crianças. E, no entanto... foi realmente esse indizível que foi preciso verbalizar.

Sob o olhar das outras mulheres, exclusivamente, as auxiliares de puericultura se ocupam de bebês que, apesar de não serem os mesmos, nunca crescem. Como destaca Winnicott, dadas as necessidades fisiológicas da criança, um dos desgastes psíquicos ligados ao trabalho de maternagem é a monotonia. Ora, uma das razões pelas quais as dimensões ingratas do trabalho materno junto ao recém-nascido são suportáveis é precisamente o fato de que esse trabalho não é destinado a repetir-se eternamente. (Lembremos que é precisamente a repetição, no dever colocar-se a serviço de seus netos, que faz com que Yannou se enverede para o lado do infanticídio). Já as auxiliares são condenadas a passar

por isso durante 30 anos, já que não existe nenhuma promoção na carreira. Modificar os hábitos de bebês não é fácil nem quando se trata de um só. Em uma organização coletiva, a margem de flexibilidade é das mais restritas. Refeições em horários fixos, comida padronizada, trocas coletivas, sextas, vigilância constante das crianças que caem, que se empurram, se mordem etc. O corpo fica fortemente engajado nessa atividade. As crianças se agarram, se enroscam aos corpos dessas mulheres, em uma situação na qual a sedução, as fantasias ligadas ao contato com o corpo da criança são contrariadas pela organização do trabalho. Isso porque há muitas crianças, mas principalmente porque sua atividade submete as auxiliares a uma contradição psíquica. “A repetitividade, a monotonia são inimigos da fantasia”. Inevitavelmente, há momentos em que o corpo da criança é instrumentalizado, em que o *nursing* se limita a um cuidado higiênico destinado à preservação do corpo biológico e não um encontro com o corpo da relação com o outro, um despertar da vida psíquica. Tanto isso é verdade que só as assaduras, as mordidas dadas por outras crianças e o nariz escorrendo são visíveis aos pais. Isso explica também o fato de as auxiliares investirem fortemente nos cuidados com a higiene, deixando de lado o papel educativo, também esperado delas (até para enriquecer sua tarefa), mas cujo êxito ou fracasso não é visível. Parece até que, para ser bem feito, o trabalho educativo realizado pelas auxiliares deve ser apagado e permanecer invisível. Com efeito, as auxiliares dizem muitas vezes esconder dos pais que a criança pronunciou suas primeiras palavras ou deu seus primeiros passos na creche. Segundo elas, essas etapas são tão importantes para os pais, do ponto de vista afetivo, que é melhor dar a eles a ilusão de que elas aconteceram com eles, e não em sua ausência. Nota-se aqui uma dimensão muito específica do trabalho das auxiliares de puericultura. Não é o trabalho que elas fazem para garantir a higiene e a educação das crianças. Também não é o trabalho que têm para vigiar as crianças impedindo, entre outras coisas, que elas briguem ou se machuquem. É um trabalho de construção simbólica, que torna ficção a realidade. Isso foi evidenciado por Virginie Sadock (2003) sob o termo “embelezamento da realidade”.

Por um lado, trata-se de tranquilizar os pais com relação à inocuidade da creche eufemizando o que nela acontece até transformá-la em um lugar sem história. Não há que se decepcionarem os pais contando-lhes os progressos da criança, quando ela estiver triste, tiver chorado muito ou ficado muito agitada. A eles será dito, assim mesmo, que o dia foi ótimo. Esse discreto *know-how* (Molinier, 2000), encontrado sob diversas formas na maioria das situações de serviço, têm por característica o fato de que sua eficácia depende de sua própria invisibilidade: “mostrar o que fazemos estragaria o trabalho”.

Por outro lado, precisa-se conter a agressividade gerada pela relação com as crianças. Virginie Sadock constata que, ainda que as auxiliares estejam exaustas ao descrever o trabalho na creche como “um trabalho em série”, em que as crianças lhes parecem “ser carregadas como pacotes”, elas mantêm discursos sistematicamente positivos e ternos sobre as crianças.

Ao fazerem a apresentação oral, foi com verdadeiro alívio que as participantes acolheram a descrição de seu modo de expressão como sendo “a ternura obrigatória para com as crianças”.

Haveria uma espécie de ordem para “positivar” sempre tudo (...), uma exigência por parte da hierarquia e pelo emprego que elas têm. Elas dizem que devem ser sempre “acolhedoras” e “sorridentes” nessa atividade em que aparentemente nada pode deixar de passar pelo crivo das atitudes de zelo (nem por iniciativa da organização do trabalho nem por sua própria iniciativa) (...). Isso as leva a questionar, ao final da sessão: “mas então, o negativo, onde o colocamos?”. A formulação de tal pergunta permite o desvelamento de uma dimensão central do trabalho no cotidiano: conter o negativo. Há como uma espécie de proibição tácita de evocar certas dimensões da atividade, de exprimir o que se sente, particularmente quando se trata de sentimentos “negativos” (...). As “falhas” das colegas também são resolvidas em silêncio: quando uma de suas colegas “perde o controle” em um setor ou em uma situação, elas se solidarizam e enfrentam as consequências (repartindo as tarefas, por exemplo), mas ninguém fica sabendo. (Sadock, 2003, p. 98-100)

“É TÃO BONITA UMA CRIANÇA, EU NUNCA ME CANSO”

Há uns 20 anos, a psicodinâmica do trabalho se esforça para elucidar como é que as pessoas fazem para darem conta de situações de trabalho. Pôde ser mostrado que, para defender-se do sofrimento no trabalho, as pessoas cooperavam e, inversamente, que a cooperação sempre comportava uma dimensão defensiva suscetível de orientar ou organizar as condutas coletivas, as maneiras de fazer e até mesmo o resultado do trabalho (Dejours, 2001). As estratégias coletivas de defesa são centradas em um universo simbólico partilhado que tira sua consistência do fato de ser organizado por crenças ou atitudes que reduzem a percepção das realidades suscetíveis de gerar um estado de sofrimento. As defesas sempre têm efeitos cognitivos. Elas orientam o desenvolvimento da capacidade de pensar, ocultando uma parte substancial da experiência que já não faz mais parte do debate. Nas profissões masculinas, as defesas coletivas contra o medo estruturam-se com base em recursos simbólicos da virilidade. Substancialmente, um homem deve multiplicar as demonstrações de coragem para convencer aqueles que com ele trabalham e partilham os mesmos riscos, que ele se controla e controla o medo. Em psicodinâmica do trabalho, considera-

se que a identidade individual, que é a armadura da saúde mental, é “relacional”. Isso quer dizer que a identidade é dependente do olhar do outro. A mola psicológica da adesão às estratégias defensivas viris é a necessidade de ser confirmado em sua identidade de homem. Assim, uma parte não negligenciável da identidade sexuada fica alienada na luta contra o sofrimento no trabalho.

O embelezamento da realidade faz parte de uma estratégia coletiva de defesa contra a agressividade gerada pelo contato com as crianças. Como em todas as defesas, o embelezamento da realidade é frágil, sua função de contenção e de eufemização só se torna eficaz a partir do momento em que ela é partilhada por todas as auxiliares durante o tempo todo. Tal estratégia opera no registro discursivo e pode também ser acompanhada de defesas comportamentais que visam igualmente reduzir a agressividade. Ao que parece, o fato de comer fora de hora e a bulimia acontecem freqüentemente, até no local de trabalho e às vezes nas condutas coletivas. Certas auxiliares se enchem de leite maternizado e outros alimentos semilíquidos destinados às crianças.

Vimos assim que o universo das auxiliares não está isento de agressividade e de violência. Desde a primeira sessão, foram relatados tapas e cabelos puxados por duas colegas. Mas as auxiliares suplicaram aos psicólogos que não falassem sobre esse episódio de “maus-tratos” em seu relatório. Essa atitude foi bastante surpreendente, já que, entre duas sessões, uma auxiliar havia denunciado essas pessoas aos pais, que ameaçaram dar queixa. As empregadas em questão foram excluídas e o acontecimento foi divulgado a todos os setores do hospital. O mal estava feito. A discussão entre os psicólogos e os auxiliares abriu uma brecha no silêncio que recobria a agressividade e os maus-tratos. No entanto, quando se tem que testemunhar fora do grupo de pares, por meio do relatório escrito dos psicólogos, a comunidade da denegação se fortalece. É preciso “embelezar”, calar o negativo. Tudo acontece como se as auxiliares tivessem esquecido que elas mesmas tinham tornado o caso público algumas semanas antes. Esse eclipse do pensamento é característica de um comportamento defensivo. No entanto, o trabalho realizado com o grupo permitiu que as defesas se deslocassem e diminuíssem. De uma palavra projetiva sobre a agressividade das outras, as auxiliares puderam, pela desconstrução do embelezamento e da ternura, começar a desvelar sua própria irritabilidade e agressividade. Não é muito, mas já é alguma coisa. O simples fato de poderem se autorizar a dizer que não suportavam mais as crianças produziu um alívio instantâneo muito apreciado pelas auxiliares.

O embelezamento da realidade nutre-se da ideologia da ternura feminina (uma mulher que não gosta de crianças não é uma mulher) e contribui para reforçá-la. A essa “identidade defensiva de sexo” dá-se o nome de “mulheridade”.

Esta noção designa o conjunto das condutas pelas quais uma mulher se esforça para evitar as represálias das quais tem medo de ser vítima, se ela não se conformar ao que é esperado das mulheres. As condutas e atitudes esperadas por parte das mulheres são editadas, geralmente, e de maneira decisiva, pelo mundo dos homens, em função de seus próprios interesses, mas a conformização do sujeito-mulher às posturas da mulheridade opera-se também pela mediação do coletivo de trabalho feminino. A “mulheridade” permite analisar, em termos de defesas contra o sofrimento no trabalho, um conjunto aparentemente disparatado de condutas femininas que conduzem a um tipo de alienação.

Atitudes compulsivas de limpeza por parte das faxineiras e das auxiliares (Molinier, 1996), discurso encantado sobre o dom de si por parte das secretárias (Pinto, 1990) e das enfermeiras, estratégia da ingenuidade por parte das assistentes sociais (Guiho-Bailly & Dessors, 1997) e da credulidade por parte das enfermeiras escolares (Angelini & Esman, 2004), excesso de investimento no campo prático em detrimento da teoria por parte das pesquisadoras, entre outros. As defesas são necessárias à saúde mental. Mas, ao se radicalizarem, elas tornam-se fonte suplementar de sofrimento, impedindo que seja pensado e discutido coletivamente aquilo que, no trabalho, se mostra dificilmente suportável psiquicamente. É o que acontece com as auxiliares ao embelezar a realidade. Quanto mais pressões houver na organização do trabalho, mais as auxiliares correm o risco, paradoxalmente, de tornarem-se campeãs do discurso sobre o amor às crianças, como se ele compensasse todos os males da organização do trabalho.

Para mim, o que importa são as crianças. Ainda bem que elas existem, porque elas são as únicas que me fazem compreender minha utilidade. Para alguns pais, nós só servimos mesmo para limpá-las... e eles deixam isso bem claro. (...) São as crianças que nos gratificam. É tão bonito uma criança, eu nunca me canso, eu as toco, mexo com elas, não entendo que possam não gostar delas, são amores, elas nos correspondem, eu não suporto quando elas vão embora, para mim é difícil quando uma delas vai se consolar com uma colega, eu fico com ciúmes... é doloroso. (Chaplain & Custos-Lucidi, 2001, p. 93)

Essa citação é uma excelente ilustração da mulheridade, tal como se deixa entender no registro da hiperatividade e do dom de si. Evidentemente, essa mulher gosta das crianças. Mas percebe-se, também, uma ponta de exagero, de exaltação, de excesso e uma dependência pouco saudável com relação às crianças, ligada a uma forte erotização da relação. Enfim, se esse amor devesse ser situado em uma graduação entre emancipação e alienação, o cursor colocar-se-ia claramente próximo a essa última. Pode-se estimar que é “amor demais”. A própria mulher, que sofre com seus ciúmes, corolário dessa ligação excessiva,

não está longe de pensar o mesmo. Que uma mulher descreva seu investimento no trabalho de *care* em termos de amor não significa em si que esse trabalho seja uma realização para ela (nem para os que dele se beneficiam). “O amor pode participar de uma defesa contra o déficit crônico de reconhecimento do trabalho”. Dizendo isso, há o desagradável sentimento de estar forçando portas abertas. Só que, se fosse o caso, a organização do trabalho das creches, as possibilidades de mobilidade na carreira, as remunerações, o reconhecimento social seriam muito diferentes e essas distorções da afetividade – muito ódio ou muito amor – poderiam ser evitadas.

VELHA E MÁ: TOME CUIDADO!

Parece interessante comparar aqui o funcionamento coletivo das auxiliares de puericultura e o das auxiliares em geriatria.³ Quando se observa o trabalho realizado em certas casas de repouso, causa espanto ver como tratam os corpos dos velhinhos, que são puxados, empurrados, levantados sem cuidados, e também pela maneira como vão e vêm as auxiliares, que entram nos quartos sem bater na porta, falam alto entre elas, sem consideração pela intimidade nem pela nudez das pessoas. É difícil acreditar quando elas dizem que o sentido de seu trabalho vem de sua ligação às pessoas idosas. A alternância observada entre um aparente desprendimento emocional e intenções humanistas torna suspeita a autenticidade destas últimas.

Uma análise mais aprofundada mostra que duas atitudes coexistem e que elas, até certo ponto, se ignoram. Essa clivagem responde a imperativos defensivos que são incompreensíveis sem referência à organização do trabalho. No setor geriátrico, sem entrar em detalhes, a organização do trabalho é sobre-determinada pela penúria (de meios, de pessoal), pela intensificação do trabalho, portanto. Não há possibilidade de satisfazer todas as demandas e necessidades das pessoas ali assistidas. Ou, em outras palavras, referindo-se ao que deveria ser feito em matéria de *care*, o trabalho já fracassou antes de ter começado. Para conservar um mínimo de sentido em seu trabalho, as auxiliares chegam a triar os doentes, ou seja, elas os dividem em pelo menos duas categorias; há as pessoas que se podem tratar de maneira indiferente e as (poucas) outras com as quais poderão ocorrer as gratificações afetivas e o sentido do trabalho. Eticamente, esse comportamento é detestável. Mas antes de se censurarem essas “subalter-

³ Para uma análise detalhada do sofrimento e das defesas das auxiliares e das enfermeiras, ver Molinier, 1996, 1999, 2000.

nas”, há que se compreender que se trata de um comportamento defensivo no qual o que interessa é encontrar a melhor maneira de agüentar o trabalho. Se as auxiliares não pudessem fazer essa triagem, elas ficariam todas doentes.

As modalidades de racionalização dessa triagem são diversas e cada modo de categorização tolera exceções. Em várias equipes de auxiliares, admite-se que as pessoas dementes não precisam de compaixão sob o pretexto de “que elas não têm consciência”. Então, os cuidados são realizados de maneira perfeitamente higiênica e “está ótimo”. O observador não errará ao considerar que essas pessoas são tratadas como objetos, “vegetais”, como chegam a dizer as auxiliares. E, além disso, há também as “más”, ou seja, as pessoas agressivas, que insultam, beliscam, mordem, unham, que se queixam do pessoal, são “exigentes” ou simplesmente nunca sorriem. Não é por acaso que está sendo aqui utilizado o feminino genérico: as “más”. Em geriatria, a maioria dos pacientes são mulheres. Ora, é perfeitamente aceitável socialmente que se diga que certas mulheres idosas são bruxas insuportáveis, fazendo com que saiam da categoria de seres vulneráveis aos quais se deve prestar assistência. Aliás, essas velhas têm a fama de aborrecidas (as “boazinhas” morrem mais depressa). Existe um mundo entre o que se pode dizer de *his majesty the baby* e da “velha má” ou do “vegetal”. No contexto cultural da sociedade francesa, a confissão do ódio (ou da indiferença) para com os idosos(as) não coloca necessariamente em questão a identidade feminina, contrariamente à confissão do ódio às crianças.

De maneira mais ampla, nos grupos de auxiliares e/ou enfermeiras, elas não se incomodam em manifestar seus sentimentos de hostilidade em relação aos doentes (bem como aos supervisores ou aos médicos). O grupo exerce uma função catártica muito importante. A raiva, principalmente quando gerada por situações de servidão ou de humilhação, não fica expressa somente em seu estado bruto. Ela é elaborada e superada coletivamente, por meio da ironia em relação aos outros e a si mesmas. Em resumo: por intermédio do aspecto cômico da imitação, ridicularizam quem lhes infligiu a humilhação. Mas, acima de tudo, ridicularizam a maneira pela qual elas se deixaram humilhar, ou o modo como cometeram um erro, de como ficaram com raiva, tiveram medo ou sentiram nojo, etc. Enfim, ridicularizam suas próprias fraquezas.

Centradas no reconhecimento do real e do fracasso, as técnicas coletivas de elaboração do sofrimento, utilizadas pelas auxiliares e pelas enfermeiras, são muito eficazes para conjurar o ódio e a violência e para elaborar as dimensões ambíguas e ambivalentes da experiência de cuidado. Em todos os lugares onde as profissionais não são obrigadas pelas organizações do trabalho a clivar defensivamente seu modo de investimento, parece louvável sua capacidade coletiva de levar em conta a vulnerabilidade do outro, sua flexibilidade psíquica

e sua abertura de espírito. Além disso, a fantasia e a auto-ironia têm um papel central nas defesas de vários grupos femininos estudados. Saranovic (2000) narra o caso de uma equipe de voluntárias feministas dos anos de 1980, num centro de acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica: o sofrimento gerado pelas situações de violência era elaborado coletivamente pela interpretação de cenas improvisadas, durante as quais as voluntárias divertiam-se ao utilizarem o “vestuário” previsto para ajudar as residentes e mimavam quem era vítima de violência e quem as acolhia. Um outro jogo consistia em, ao acompanhar uma nova interna a seu quarto, mostrar suas nádegas à colega que vinha atrás e que devia, por isso mesmo, se segurar para não explodir de rir. Isso é visto como “prática de gente sem cérebro” pela equipe atual de funcionárias, que procura ser reconhecida em seu “profissionalismo”. No entanto, esta mesma equipe diz que sofre muito.

Ora, não foram encontradas condutas coletivas similares a essas por parte das auxiliares de puericultura. Será que houve alguma falha? Exercendo um trabalho discreto, não usando nenhum artefato técnico, em um espaço fechado a salvo de olhares externos, a dignidade dos auxiliares é estreitamente dependente de sua adesão às condutas e aos valores associados à feminilidade. Ainda que outras investigações sejam necessárias para chegar mais longe, há boas razões para se considerar que as margens de subversão individual e coletiva são mínimas. Se estiver correta a hipótese de que, na sociedade, é muito mais difícil para as mulheres elaborar a agressividade para com crianças saudáveis do que para com adultos doentes, então torna-se admissível concluir que o trabalho na creche pode ser tão doloroso ou mais do que o trabalho no hospital.

CONCLUSÃO

A reflexão feminista sobre o *caring labour* evidenciou e desnaturalizou, tanto no espaço de trabalho quanto no espaço doméstico, atividades primordiais sem as quais simplesmente não se poderia viver. Mas essa reflexão pecou pelo excesso de otimismo – o ser humano é naturalmente bom. Eufemizada pelo senso comum, pela psicanálise, pela mulheridade e até mesmo pela reflexão feminista, o ódio das mulheres àqueles que dependem de seu trabalho está demasiadamente ausente das teorias e dos debates sobre a ética da devoção, enquanto subsiste um déficit de descrição das atividades de cuidado às pessoas (*caring labour*). Debater o princípio de que “o amor não se compra” ou a mercantilização dos sentimentos (Hochschild, 2003) pode ser completamente inútil se não se definir precisamente do que se trata, tanto no que se refere à afetividade

quanto ao trabalho. O amor não é a expressão natural da feminilidade (ou da humanidade). Mas também não é um engodo ou uma construção ideológica. O amor é vivido, sentido. Na medida em que o amor não existe fora do contexto de sua manifestação, não se pode deixar de estudar, em sua diversidade, as situações de trabalho de *care* (Wharton 2004). Aqui e agora. Ainda mais porque as pessoas que exercem realmente trabalhos de *care* estão enfrentando dificuldades crescentes... numa relativa indiferença. Na França, durante o verão excessivamente quente de 2003, algumas enfermeiras tiveram que esvaziar frascos de produtos de limpeza para transformá-los em umedecedores. Elas foram obrigadas a abrir as portas de segurança para criar correntes de ar – o que é proibido – e isso, no sistema de saúde que tem fama de ser “o mais atuante do mundo”. O outono de 2003 não viu nascer o grande debate que deveria ter acontecido a respeito das condições concretas a que são submetidas as pessoas vulneráveis. Avaliar, valorizar, reconhecer: só se poderá fazer isso sob a condição de renúncia a “embelezar a realidade” e abrir a caixa preta da subjetividade. Levar a sério a questão do sujeito e da subjetividade vai de encontro aos preconceitos solidamente estabelecidos pelas ciências sociais, notadamente pelas correntes que trazem a marca do marxismo ou do estruturalismo. Este artigo buscou trazer alguns elementos que ajudem a vencer esses preconceitos relacionados com o “psicologismo”. Ou, então, corre-se o risco de incentivar uma ética do devotamento construída sobre uma meia-subjetividade ou uma meia-afetividade, o que só pode contribuir para colocar a responsabilidade pelo mau funcionamento organizacional nas costas das “más” mães ou auxiliares. Tendo em conta os duros golpes infligidos pelo sistema neoliberal ao setor hospitalar e ao trabalho social, existe perigo na demora.

Abstract

As care giving is mostly performed by women, love to sick persons and children is often considered “natural” and normal. The author suggests that care can also generate hate against dependent persons. In that case, hate is not less “normal” than love. The fact that it is taken into consideration modifies the analysis of care situations. So far, hate has been concealed in scholarly tradition, particularly in theories of care ethics, as well as in workers’ statements, as suggested by a survey with child care assistants. This causes a deficit in work visibility, which results in the concealment of hate and violence.

Key words: Care work; Care ethics; Love; Hate.

Referências

- Angelini, C. & Esman, S. (2004). Collège en ZEP: quand la parole des élèves fait écho à l'ambiguïté du travail infirmier. *Travailler*, 11(6), 123-146.
- Chaplain D.-L. & Marie-France C.-L. (2001). *Les métiers de la petite enfance – des professions en quête d'identité*. Paris: Syros.
- Dejours, C. (2000). *Travail: usure mentale*. Paris: Bayard.
- Dejours, C. (2001). *Le corps d'abord*. Paris: Payot.
- Dorlin, E. (2003). Les putes sont des hommes comme les autres. *Raisons Politiques*, 11(3), 117-132.
- Folbre, N. (1997). *De la différence des sexes en économie politique*. Paris: Éditions des femmes.
- Grunstein, A. & Rouxel, M-F. (1997). Les conditions de travail mises en débat. In: Pascale, M. et al. (Orgs.). *Actes du 1^{er} Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail*, 1, 135-144. Paris: CNAM.
- Guiho-Bailly, M.-P. & Dessors, D. (1997). Questionnement de la stratégie défensive d'un collectif de femmes dans le travail social: ruse de la bêtise et reconnaissance par la plainte. In: *Actes du 1^{er} Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du Travail*, 2, 281-298. Paris: CNAM.
- Hochschild, A. R. (2003). *The commercialization of intimate life – notes from home and work*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Klein, M. & Rivière, J. (2001). *L'amour et la haine*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Laplanche, J. (1987). *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1999). *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- Molinier P. (1996). Autonomie morale subjective et construction de l'identité sexuelle: l'apport de la psychodynamique du travail. *Revue Internationale de Psychosociologie*, 5(3), 53-62.
- Molinier, P. (1999). Prévenir la violence: l'invisibilité du travail des femmes. *Travailler*, 3(2), 73-86.
- Molinier, P. (2000). Travail et compassion dans le monde hospitalier. *Les Cahiers du Genre*, 29(9), 49-70.
- Papadiamentis, A. (1995). *Les petites filles et la mort*. Paris: Actes Sud.
- Petit, M.-C. (2003). *Les métiers de la petite enfance dans les structures d'accueil collectif*. Rapport, www.ladocumentationfrancaise.fr/brp/notices/034000-165.shtml.
- Pinto, J. (1990). Une relation enchantée: la secrétaire et son patron. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 84, 32-48.
- Sadock, V. (2003). L'enjolivement de la réalité, une défense féminine? Étude auprès des auxiliaires de puériculture. *Travailler*, 10(5), 93-106.
- Saranovic, L. (2000). Travailleuses sociales dans un foyer de femmes battues: comment rester femme quand on n'est pas féministe? *Travailler*, 5(3), 137-152.
- Winnicott, D. W. (1987). *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Paris: Payot.
- Wharton, A. S. (2004). Femmes, travail et émotions: concilier emploi et vie de famille. *Travailler* (sous presse).